

Traçar caminhos que confluem para algum sentido: movimento e ato de forma(ação)[1]

Building Paths that Lead to Some Sense: Movement and Form(action)

Antonio Aparecido Fabiano Junior*

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre experiência pedagógica de Ateliê de Projeto de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, desenvolvida no sétimo semestre, onde a busca por construções de hipóteses propositivas visa pensar e repensar o lugar do projeto como instrumento de direito à vida, feitas a partir da prática indissociável de pesquisa, ensino e extensão, cuja questão central é como o exercício projetual pode se apresentar como ferramenta para a contribuição da luta sobre o alargamento democrático da condição urbana contemporânea. A partir de necessárias abordagens – teórica, cartográfica, analítica e crítica – à prática pedagógica, por meio de aproximações e construção de diálogo entre agentes de movimentos sociais organizados, a experiência estruturou-se no tripé direito à cidade/ agentes da resistência/ sentidos do projeto e procurou promover reflexão projetual acerca da centralidade do uso do seu espaço público como garantia de direitos na, para e sobre a cidade.

Palavras-chave: condição urbana contemporânea, disputa pela cidade, agentes de resistência, investigação pelo projeto, projeto como ação extensionista.

Abstract

This article presents reflections on the pedagogical experience of the Project Atelier of the Faculty of Architecture and Urbanism, developed in the seventh semester, where the search for construction of propositional hypotheses aims to think and rethink the place of the project as an instrument of the right to life, based on an inseparable practice of research, teaching and extension, whose central question is how the design exercise can be presented as a tool for the contribution of the struggle for the democratic expansion of the contemporary urban condition. From the necessary approaches - theoretical, cartographic, analytical and critical - to pedagogical practice, through approaches and construction of dialogue between agents of organized social movements, the experience was structured on the tripod right to the city / agents of resistance / meanings of project and sought to promote project reflection on the centrality of the use of its public space as a guarantee of rights in, for and over the city.

Keywords: contemporary urban condition, dispute for the city, resistance agents, investigation for the project, project as an extension action



Epílogo de uma breve (longa) história

O cruzamento entre registros sobre as FAUs no Brasil – dados oficiais do MEC em 2019 apontam entre 650 e 780 escolas de Arquitetura e Urbanismo no país, 65 deste total instituições públicas, ou seja, 10% do montante de pontos de ensino e formação, sendo que mais da metade das escolas se instalam no estado de São Paulo e 25% deste número na capital (MEC, 2019) – e o anúncio de que 85% dos brasileiros que constroem não contratam arquitetos e engenheiros (CAU/BR-Datafolha, 2015) sentenciam o emparelhamento entre a precarização da formação profissional e a expansão da educação, cuja convergência se dá pela coalizão de frações de classe capitalistas, detentoras do patrimônio imobiliário, financeiro e das instituições de formação intelectual, que acentuam o domínio sobre as classes subordinadas, instrumentalizando o espaço, o Estado e também a formação crítica.

Assim como na política de paradigma único habitacional das Parcerias Público-Privadas – PPPs (tendo como produto a unidade privada por meio de crédito hipotecário com subsídios públicos), a política educacional é regida pela mesma lógica (dívida do Estado sendo transferida para o estudante e sua família, por intermédio de empréstimo, com garantia plena para as grandes corporações educacionais e regulação sendo cada vez mais construída por interesses privados), desconstruindo a possibilidade de formação de atos de potência que visem a busca de pensamentos senão contra hegemônicos, ao menos que se direcionem ao alargamento de processos democráticos para a diminuição das desigualdades sociais vigentes no país. Na prática, trata-se o lugar de uma possível construção crítica em espaço de reprodução do mercado, celebrando iniciativas individuais em ações de oportunidade e empreendedorismo.

A crise na qualidade do ensino das instituições cresce de forma paralelamente vertiginosa com a implantação de novos cursos (MONTEIRO, 2007), principalmente nas últimas décadas do país, e nos abre campo de investigação para examinar como o tripé das práticas pedagógicas – ensino, pesquisa e extensão – se apresenta como base para a formação do estudante, capaz

1: A base do trabalho foi apresentada no VI ENANPARQ Brasília, tendo este formato sido revisto, complementado e desenvolvido para o presente artigo.

de construir um experimento social crítico, por meio de práxis que oriente a sua experiência em processos de formação do ser político técnico-científico.

Ao mesmo tempo que a despolitização do poder da Universidade como postura neoliberal, onde a construção da autonomia crítico-intelectual é regida sob domínio e interesse privado, tendo como resultado o atravancamento da busca de alternativas que vislumbrem experiências possíveis de realidade emancipatória, tanto no plano da produção material quanto intelectual, temos uma construção acadêmica fortemente tensionada e influenciada pelo aparecimento de novas formas de concepção do saber, em um conjunto não pequeno de pesquisas que estão na busca de um outro formato de produção acadêmica, fruto do ingresso de uma população que não tinha acesso à Universidade e que se conecta a processos de transformação urbana em curso, vividas pelos seus corpos que ora eram objetos de estudo e hoje são sujeitos que pesquisam, refletem e buscam, neles, a experiência de se construir algo que apresente outras maneiras de produzir conhecimento e ações no mundo.

A partir destes e tantos outros conflitos como condição e produto da reprodução do modo de produção do espaço experimentados na vida cotidiana, apresenta-se, no presente trabalho, metodologia de pensar criticamente o lugar do projeto de Arquitetura, ancorado na necessária articulação político-acadêmica entre Universidade e ações insurgentes como ferramenta de organização popular pensados à margem da lógica capitalista, na busca por superar a contradição entre produção privada de mercado, formas de controle e agenciamentos sociourbanos de práticas sociais.

Tais contradições podem nos fornecer instrumentos para pensar outras práticas que escapem das formas de mediação e metodologia de controle e poder, pois colocam-se como ações que não têm como expectativa resolver algo que deveria permanecer irresoluto, para a necessária sobrevivência e intensidade do próprio conflito da/na vida, no reconhecimento de polos de tensão de experiência urbana, como estratégia de ampliação do sistema democrático político-metodológica para a constituição comum de um movimento de mudança, onde a

sociedade urbana como produto deve dar lugar à sociedade urbana como obra coletiva.

A experiência da busca por construções de hipóteses que visam pensar e repensar o lugar do projeto como instrumento de direito à vida, feitas a partir da prática indissociável de pesquisa, ensino e extensão, direciona a discussão e produção de prática pedagógica a ser apresentada (aplicada em experimento e alterações contínuas ao longo de seus anos) cuja questão central é como o exercício projetual pode se apresentar como uma possível ferramenta para a contribuição da luta sobre o alargamento democrático da condição urbana contemporânea. É esta condição que imprime aproximação teórica, cartográfica, analítica e crítica à prática pedagógica, por meio de áreas em transformação no âmbito da cidade de São Paulo, visando promover reflexão projetual acerca da centralidade do uso do seu espaço público como garantia de direitos na, para e sobre a cidade.

Coloca-se como desafio a ser pensado e formulado, portanto, o desencadeamento de pesquisa investigativa de projeto, na construção da formação estudantil, imbricada à constituição do sujeito político reflexivo, capaz de exercer sua liberdade de pensamento e ação (CHAUI, 2014) por meio de práxis que oriente a experiência em processos de formação do ser político técnico-científico, na escala do desenho urbano e de agenciamentos de espaços em caráter e entendimentos públicos, a serem informados e constituídos pelos processos de realização e uso do espaço da cidade a partir do recorte territorial proposto pelo exercício acadêmico, motivados por diálogo direto com agentes sociais que atuam na disputa pelo território, pautados por referencial prático-teórico, tendo como tema a amplitude da vida pública e comum, a partir das características do lugar, das microdinâmicas e das estruturas físicas urbanas, de maneira a motivar ações na cidade que sejam possibilidades outras em oposição ao mundo que, cada vez mais, se constrói e se destrói de forma absolutamente desigual.

Sob(re) o solo que os desejos pisam

O Brasil é o maior país em dimensão territorial da América do Sul – 47,3% do território sul-americano – perfazendo uma área de 8.515.767,049 km². O censo de 2010 relatou população total de 190.7555.799, com estimativa para 2019, do Diário Oficial da União, de 210.147.125 pessoas morando em seu território. Muita terra e muita gente distribuídos à revelia da Constituição do país, de forma cada vez mais desigual. Desigualdade decorrente de processos historicamente também desiguais, regidos pelo poder público e pela ação de agentes privados pois sabe-se que, na história do Brasil urbano, a propriedade da terra e seu caráter patrimonialista tiveram papel fundamental para instaurar a desigualdade social (SCHWARTZ, 2019), constituindo a seletiva ação da própria distribuição de direitos condicionada apenas para a propriedade e seus proprietários.

Tais relações desiguais encontradas no contexto urbano, constituem-se por um processo histórico de concentração na distribuição e mercantilização do espaço e dos direitos sociais. Constata-se que essa situação de desigualdade não se apresenta como fato excepcional, mas padrão típico vivenciado na experiência cotidiana. A violência da desigualdade urbana é elemento de articulação da própria configuração da metrópole, enquanto norma que delimita e norteia a lógica da morfologia urbana regida pelo capital onde, em situação atual, encontramos não o seu enfrentamento, mas seu pleno alargamento como política de Estado, promovendo violações de direitos e políticas de morte como elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje (MBEMBE, 2018). Há, de fato, que se recolocar as perguntas sobre o modo como as cidades são pensadas e produzidas, pela discussão sobre as estratégias de projeto e planejamento urbano, especialmente neste momento e neste contexto de país e de mundo atual.

Entre as dinâmicas que interferem na forma de organização do espaço prevalece uma intenção que pode ser respondida à luz da reflexão projetual como o direcionamento em produzir espaços a serviço dos projetos hegemônicos da globalização, voltados para o funcionamento da política econômica em prevalência

das forças do capital. Como resultado prático temos a própria arquitetura agindo como um cruel instrumento de expectativa de valor por meio do projeto, instrumentalizando a materialidade e as dimensões e saberes da construção, se distanciando das urgentes e necessárias demandas sociais para trabalhar como ferramenta para a lógica financeira, anunciando a necessidade da construção do sentido – ou de um outro sentido – de pensar o Planejamento Urbano e a Arquitetura, que passe pelo entendimento de seu papel para além das lógicas hegemônicas a que tem servido historicamente, tanto na formação quanto no desenvolvimento e perspectiva de atuação profissional que, a cada ano, se apresenta de forma mais precária.

Tal precarização nos coloca em frente à busca do próprio sentido de formação de arquitetos e urbanistas atualmente, formação esta que se intensificou com o *boom* imobiliário do começo do século, como verificado pelos dados do Sistema Confea/CREA e do CAU que revelam que o Brasil tem, atualmente, 368.930 engenheiros civis graduados e com registro profissional ativo, e 202.588 arquitetos e urbanistas em condições de exercer a profissão (2020), e que ainda se mantém em patamares altos, com 11.930 arquitetos formados somente no ano de 2018, com crescimento de 8% no último ano (CAU/BR, 2019a). Número elevado distribuído em tais atividades profissionais concomitantes como: Projetos de Arquitetura (87%), Arquitetura de Interiores (68%), Execução de Obras (64%), Projetos Complementares (49%), Gestão e Consultoria (30%), Paisagismo (28%), Serviço Público (23%) (CAU/BR, 2019b), distanciando-se cada vez mais dos lugares e das possibilidades e necessidades reais de atuação. O resultado deste distanciamento não se justifica nem por uma possível lógica econômica: 20% dos profissionais recebem de 3 a 5 salários mínimos e 22% menos que 3 salários mínimos (CAU/BR, 2019b).

A escolha de um caminho de construção crítica de outra e necessária ordem como instrumento em direção a relações de solidariedade (como reconhecimento transparente de partilhamento de poder técnico), justiça social (na construção de instrumentos capazes de almejar igualdade de direitos) e compromisso cívico (na instauração de outras práticas de participação efetiva), não apenas como uma função social, mas

como um aporte de necessidade pública, vai na direção das práticas que partem da proposição de instrumentos concretos para discutir o direito ao espaço habitado, capazes de lutar pela transformação da cidade em espaço de experiência política, valorando a produção de conhecimento universal para a sociedade, por meio do balizamento do debate social como ferramenta de discussão, produção e atuação técnico-científica e profissional, na busca pela constituição de cidadania para todos nós.

A hipótese de como arquitetos e urbanistas podem contribuir na definição de construção e produção do espaço é desenvolvida pelo Urbanismo e pela Arquitetura, como atividade socialmente necessária e transformadora de emancipação imanente, que se espera desta área de conhecimento e efetivamente realizada pelas interações ambiente-espaço-sociedade, à luz do pensamento freireano (FREIRE, 2002). A formação e a atuação técnico-científica e profissional de arquitetos e urbanistas nas condições históricas atuais enfrentam, no mínimo, o desafio de compreender a dinâmica da organização espacial na contemporaneidade e contribuir na produção material e imaterial próprias do espaço construído que redefina a postura controladora do homem moderno em relação ao meio como forma de construir uma realidade social e um discurso que funciona, como sabemos, a partir das lógicas do poder.

Isto reconhece tanto a consolidação de uma prática de formação capaz de catalisar iminentes horizontes quanto o lugar da Universidade como importante polo de conhecimento que, aberta para novos saberes populares e eruditos por meio de participação e construção com outros agentes, possa se apresentar como ferramenta de formação, reflexão e novas proposições que se estendam para o campo fora de seus muros, quando desenvolvidas em conjunto com comunidades, em construções de alternativas no confronto com a nossa dura realidade.

Porém, uma vez que a construção da autonomia crítica intelectual é cooptada para ser regida sob domínio privado – em uma ação de despolitização do poder da Universidade a partir dos modelos de negócios e não das necessidades humanas –

junto a ela vem o impedimento de busca de alternativas que vislumbrem o pensamento de outras ordens para o mundo, que vão ao encontro de uma experiência possível de realidade emancipatória, tanto no plano da produção material, quanto no da produção intelectual. Sob este aspecto, essa relação de Parcerias Público-Privadas, ainda em ascensão, implica em uma transformação das políticas públicas sociais, orientadas pelo discurso da eficácia dos números como meio de justificar a sua existência, afinal a visibilidade é também uma construção ideológica.

Como, então, criar outra lógica que não seja também explorada pelo mercado (ROY, 2011)? Esta é uma pergunta cuja resposta nos abre uma enorme lacuna de discussão e também de tomadas de posição. A história é, por princípio e definição, inconclusa. Temos uma história oficialmente não contada, a serviço da manutenção do poder, que não se apresenta como ato excepcional, mas como operação violenta e constante do dia a dia de quem pouco acesso tem ao direito à vida, porém, dentro de cada narrativa há lacunas e incompreensões e, por consequência, embates, disputas e conflitos. Tais frestas nos permitem (re)pensar mudanças de significados, uma vez que não dá para desprezar a força do imaginário, em métodos que busquem a reinvenção a partir das múltiplas formas de constituição social em relação às diferenciações espaciais. Temos, aqui, uma hipótese: a importância da institucionalização da Universidade na construção destas alternativas, na aposta de uma agenda político-acadêmica, que deve ser pautada, em pensamento, pesquisa e atuação, a partir da cidade como campo de espaço de lutas, por meio de estratégias pedagógicas de conteúdos teóricos e práticos, por meio de práticas pedagógicas em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que entenda as tensões entre o pensamento abstrato e a concretude das ações práticas.

Considerando a resolução do CNE/MEC 7/2018, que estabelece diretrizes para a curricularização da extensão na educação superior brasileira, parece necessário que práticas de processos e produtos na formação de estudantes devam ter em seu escopo o enfrentamento para os próprios embates inerentes à sua formação, em apropriação e produção do conhecimento

que se dá por meio da aproximação sucessiva às totalidades inerentes aos objetos de estudo da Arquitetura e do Urbanismo. Neste caso, experimentação, fundamentação e crítica se realinham constantemente, de forma articulada e orgânica, no direcionamento de uma organização que está ligada a uma compreensão do ensino, da pesquisa e da extensão baseada na amplitude, na horizontalidade e na complementaridade dos conhecimentos e das ações de vida que cabe a todos nós.

A disputa pela construção de espaços com generosidade coletiva, visando desejada universalização do acesso aos equipamentos, habitação e vida pública, coabita com a lógica urbana capitalista. Há, evidentemente, a necessidade urgente da formulação de práticas políticas-projetuais conformando redes de projetos de abrangência pública, numa criação de ode ao pensamento que dialogue com a ação efetiva, capazes de dissolver os muros que separam atividades isoladas, no encontro de atos de resistência por meio de micropolíticas (ROLNIK, 2018), na medida que reconhece estes movimentos como hipótese factível, através do resgate da diversidade como lugar de existência, na incansável reparação das desigualdades sociais.

Tais práticas partem da proposição de instrumentos concretos para discutir o direito ao espaço habitado, capazes de transformar a cidade em espaço de experiência política, valorando a produção de conhecimento para a sociedade, por meio do balizamento do debate social como ferramenta de discussão, produção e atuação do cidadão na busca pela cidadania de todos.

A institucionalização, como responsabilidade público social, de estratégias pedagógicas de conteúdos teóricos e práticos na formação no nível de estudante de graduação, em consideração às características socioculturais da realidade do mundo e pela formação integral da pessoa humana e sua capacitação profissional de excelência, entende o campo de pensar o planejamento urbano e o projeto como prática de sonho e construção capaz de dar subsídios às necessidades comuns, suprimindo a falta de direitos mínimos de vivência urbana, como ferramenta para, se não barrar, ao menos tensionar para o debate

sobre a barbárie social, na busca por um lugar de construção coletiva, a partir da articulação colaborativa transdisciplinar dos vários campos de saber universitário e em contato com as demandas reais, enxergando o projeto como possível estratégia de luta.

Tendo como pressupostos tais condições conflituosas de construção de mundo, agenciou-se como prática dentro de componente curricular na carreira de projeto, inserida no sétimo semestre, conteúdos de pesquisa e extensão estruturados pelo reconhecimento da construção do exercício de elaboração crítica de um arcabouço prático-teórico, a partir de ações experimentais socioespaciais de coletivos de resistência – grupos culturais, teatrais, movimentos organizados e coletivos de ativistas – da cidade de São Paulo, que partem das vivências urbanas para a identificação e proposição de estudos arquitetônicos como chamamento e ode à construção de uma paisagem (do) comum, constituindo uma rede de (re)formulações de outra ordem, não proveniente da mercantilização cultural, social e econômica, mas da necessidade de produção do fazer coletivo, buscando outras vias políticas e práticas sociais, e do desejo de, quem sabe, dissolver a ideia de posicionamento autoral – que aparece na consciência moral em questões entre certo e errado –, em direção a autonomia, capaz de considerar fatores relevantes, dentro de um pensamento comum, para decidir qual deve ser o melhor caminho da ação que visa a abrangência coletiva da vida.

Na busca por um método acadêmico de colaboração participativa e efetiva, a atividade proposta tensiona o campo do ensino da Arquitetura e do Urbanismo como prática capaz de dar subsídios às necessidades humanas urgentes, suprimindo a falta de direitos mínimos de vivência urbana na busca por um lugar de construção coletiva, enxergando o projeto como estratégia de luta enquanto linguagem para a formulação deste processo. Para tanto, acredita-se no reconhecimento de agentes insurgentes da resistência em processo efetivo de criação de projeto e luta comuns. Neste sentido, propõe-se uma perspectiva emancipatória de projeto, que vá ao encontro da criação de uma mudança de imaginário por meio de tomada

de consciência, a partir do (re)conhecimento pela própria constituição do direito à cidade (LEFEBVRE, 1981).

O que segue é a construção de hipóteses projetuais investigativas acompanhada de aporte teórico e análise crítica, tendo também como referência questões, textos e autores contemporâneos além da compreensão do funcionamento infraestrutural da cidade. Destaca-se, neste sentido, a necessidade da formulação de práticas políticas-projetuais conformando redes de projetos de abrangência pública. O projeto é, assim, visto como instrumento de formulação de uma outra ideia de paisagem para a vida, que busca reflexão crítica e propositiva sobre a complexidade do(s) território(s) da cidade (maneira de uso, experiência, apropriação e forma urbana) por meio de fundamentação de questões percebidas empiricamente e amparadas teoricamente, a partir da identificação proveniente da área de estudo e do recorte temático proposto, para a discussão sobre os desafios sociais e territoriais contemporâneos da metrópole.

Produção que faz-fazendo

A construção de um outro sentido do projeto urbano e de arquitetura passa pelo entendimento de seu papel para além das lógicas hegemônicas a que tem servido historicamente. A escolha do caminho da arquitetura como instrumento vai ao encontro do acolhimento de experiências outras: (i) na valorização da diversidade cultural e social, (ii) no encorajamento da mistura de gêneros e vivências de mundo, no vislumbre da superação da segregação e de enclaves e (iii) na promoção do fortalecimento das comunidades. Entre sentidos, toma-se partido a utopia e o *topos*, indo ao encontro do lugar das ideias e do *locus* dos dados vivenciados, entre a imanência e a subjacência, na luta e resistência para a construção de um novo horizonte.

Como prática pedagógica, procura-se a apresentação de experiências que propõe contestação e luta, no momento em que se amplifica e entende as contradições social e econômica a partir de sujeitos que sofrem violências cotidianas constantes.

Na medida em que se reconhece na arquitetura parte intrínseca e indissociável da cidade, aposta-se em seu ato como instrumento privilegiado de discussão, capaz de constituir uma possível hipótese factível de dar forma ao mundo para todo mundo.

O componente curricular de Ateliê de Projeto estrutura-se no tripé direito à cidade/ agentes da resistência/ sentidos do projeto, como pressupostos na busca por intencionalidade coletiva, por meio da ação artístico-cultural de proposição urbana e dos agentes da resistência que vivem e lutam no território de proposição dos projetos. Para tanto, propõe-se aqui apresentar (1) objetos, (2) objetivos, (3) metodologia como ação de construção e (4) outros caminhos de uma experiência didática, fundamentado a partir de premissas estabelecidas pel()s professor()s deste componente curricular.

1. Objetos de discussão

O Ateliê de Projeto tem como perspectiva o enfrentamento teórico e projetual de área central na cidade de São Paulo que coloca, possibilita e estimula investigação especulativa acerca do espaço público, na escala do desenho urbano e das arquiteturas públicas, que buscam motivação e circunstâncias de um movimento de mudança, de forma experimental, a partir de práticas e experiências em ato, na constituição da possibilidade de vida comum.

O exercício propõe a aproximação à área urbana de estudo visando uma ação projetual geradora de dinâmicas, destacando não somente o aspecto crítico e propositivo, mas o papel emancipatório que o projeto pode e deve ter. A área de trabalho selecionada para o primeiro semestre de 2021, que varia conforme os semestres – Bixiga (SP) – apresenta, no mesmo território, diferentes características de processo formativo e estruturas morfológicas, formais, de uso e apropriação e, portanto, deve ser analisada e interpretada pel()s alun()s levando em consideração seus processos urbanos – históricos, sociais, econômicos e formais – múltiplos sob os quais estão submetidas (de transformação, de disputa, de exceção em

relação aos marcos regulatórios, de densidade histórica consolidada etc).

Questões contemporâneas da Teoria da Arquitetura, enquanto reflexão sobre a prática projetual, são motivadoras de uma análise crítica dos projetos de desenho urbano propostos e/ou construídos. São, também, suporte às proposições projetuais arquitetônicas especulativas, tema central do Ateliê. A aproximação à área e às múltiplas temáticas desenvolvidas a partir do recorte das ações de resistência se apresentam como estopins de discussões radicais de anúncio e desenvolvimento das questões e vem acompanhada por textos e discussões teóricas que contribuem à conformação de questões que mobilizam uma ação projetual. Dessa maneira, são trabalhos de referência textos de Hannah Arendt (2018) em “Ação e a busca da felicidade”, Jacques Rancière (2005) em “A partilha do sensível: estética e política”, Wim Wenders (2013) em “Como as fronteiras lhe constroem” e Igor Guatelli (2008) em “Contaminações Constitutivas do espaço urbano: cultura urbana por intermédio da intertextualidade e do entre”, cujos assuntos chave são a ação como prática de busca da liberdade, o posicionamento político como eixo condutor de atuações projetuais, a discussão dos transbordamentos dos limites como estratégia propositiva e os agenciamentos de vida como condutores dos desenvolvimentos espaciais. Tais textos, semestre a semestre, são revisados e evidentemente trocados para que a abrangência de assuntos e bagagem de discussão aumente dentro do próprio grupo de formação do Ateliê.

A visão sistêmica das redes, que estruturam o funcionamento da cidade do ponto de vista infraestrutural, compõe a perspectiva de uma associação entre eficiência e qualidade urbana.

2. Os objetivos buscados

O tema da condição urbana contemporânea imprime ao Ateliê de Projeto uma necessária aproximação teórica e cartográfica, analítica e crítica, com estudo empírico, de referência à investigação, onde o exercício se apoia no debate crítico sobre as condições das intervenções urbanas nas últimas décadas

na cidade de São Paulo e nas condicionantes necessárias à sua urbanidade (com aporte teórico e técnico).

O Ateliê visa o incentivo ao debate e ao trabalho coletivo, tendo como base o compromisso com agentes do território (movimentos de moradia, coletivos artísticos e de lutas sociais), na medida em que se soma outras lutas a uma práxis significativa, como ação e reflexão de dar significado às coisas do mundo. Tais relações promoveram, em um primeiro momento, importante imersão que contou com todos os componentes curriculares que ()s alun()s cursam no mesmo semestre (além do Ateliê de Projeto, o Estúdio de Urbanismo 7: Sociedade e Cidade, Estúdio de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo 6, Ateliê de Arquitetura de Interiores e Mecânica dos Solos aplicada a Arquitetura e Urbanismo). Esta primeira imersão é tratada como um grande laboratório de ideias de contextualização, na busca por proposições de questões para a formulação de hipóteses de leituras, enfrentamentos e direções a serem testadas ao longo de todo semestre.

Nesta semana inaugural de estudo, pensada como uma Oficina Coletiva, foram organizadas falas e debates com Carmen Silva, liderança do MSTC (Movimento dos Sem Teto no Centro); Wellinton Souza do Projeto Negros do Bixiga, Osvaldo Faustino, um dos fundadores da Escola de Samba Vai-Vai e Marília Gallmeister, arquiteta do Grupo de Teatro Oficina Uzona Usyna, além de trecho de documentários e palestras acerca do Fórum Social Mundial – Assembleia Autônoma #somosBIXIGA.

Importante anunciar que os exercícios do Ateliê de Projeto e do Estúdio de Urbanismo são feitos no mesmo recorte territorial e são estimulados ()s alun()s que montem grupos correlatos para ambas as atividades, na vontade de que pontes sejam construídas e articuladas entre as especificidades de cada componente curricular.

Os estímulos advindos das diferentes realidades urbanas, o conhecimento técnico e a capacidade propositiva de cunho especulativo e investigativo têm como referência a articulação de parceria academia-comunidade, como espaço de pensamento e suporte ao desenvolvimento do projeto atrelado à ideia de realidade concreta e noção de pertencimento de

mundo. Tal possibilidade vai ao encontro da construção de uma contra-forma que dialogue com a ação efetiva, através da criação de instrumentos concretos para discutir o direito ao espaço habitado, capaz de transformar a cidade em espaço de experiência política. Esta relação criada entre agentes e alun()s supera tanto a ideia de palestra ilustrativa feita pelos agentes convidados dos problemas a serem enfrentados (no primeiro momento) quanto a formalização do retorno de apresentação dos trabalhos para a comunidade (no momento final), mas pautam as discussões de desenvolvimento do trabalho onde, tal aproximação alimenta duplamente ambas as pontas: a academia discute a ampliação de pautas de luta dos movimentos organizados e os agentes entram como sujeitos de experiência de vida urbana capazes de atuar, propositivamente, na formulação dos espaços desejados junto ()s alun()s.

O exercício, a partir deste primeiro contato com os problemas e lutas reais do território, propõe o desencadeamento de hipóteses de projeto – na escala do desenho urbano e dos espaços e edifícios públicos, desenvolvidos em grupo (5 a 6 alun()s em um primeiro momento e duplas e trios para seu desenvolvimento continuado) – informados e constituídos pelos processos de realização e uso do espaço da cidade, sua apropriação, suas estruturas físicas e suas dinâmicas urbanas. Assim, os projetos desenvolvidos, motivados pelos agentes sociais que atuam na disputa pelo território e pautados por um referencial teórico, são informados pela condição da cidade real, com vistas à cidade desejada, tendo como tema central à vida pública, às características do lugar, às microdinâmicas e às estruturas físicas urbanas (quadras, ruas, barreiras, tipologias etc.), de maneira a motivar ações na cidade que sejam possibilidades outras, para além da legislação urbanística e das violações de direito à vida promovidas pelo capital.

()s alun()s são estimulados a trabalhar conceitualmente, extraíndo sua motivação da complexidade da cidade, de suas estruturas sociais, físicas e vivências, para propor novas ambiências na busca pela qualificação das estruturas existentes reconhecendo, inclusive, as de infraestrutura urbana.

O pensar arquitetônico e seu fazer projetual são entendidos, por meio técnico do seu campo de conhecimento, como três hipóteses na busca por uma reinvenção política do projeto, através de práticas e experiências aplicadas no cotidiano do pensar e repensar espacial como possível ação de reparação que age como ponte de diálogo e prática social, para redefinir o que é cidade nas dimensões cultural, política e econômica; como processos de pertencimento a partir da conscientização da população em relação aos seus direitos como cidadãos e como instrumentos de resistência na hipótese da constituição de um movimento de mudança, de forma experimental, não somente como sujeitos, mas a partir de práticas e experiências em ato, na constituição da possibilidade de uma vida coletiva. Nas figuras 1 e 2 conseguimos ver algumas experiências

Figura 01: Figura 1: Trabalho desenvolvido por Nadine Amaral, Giulia Dallari e Giulia Spini.

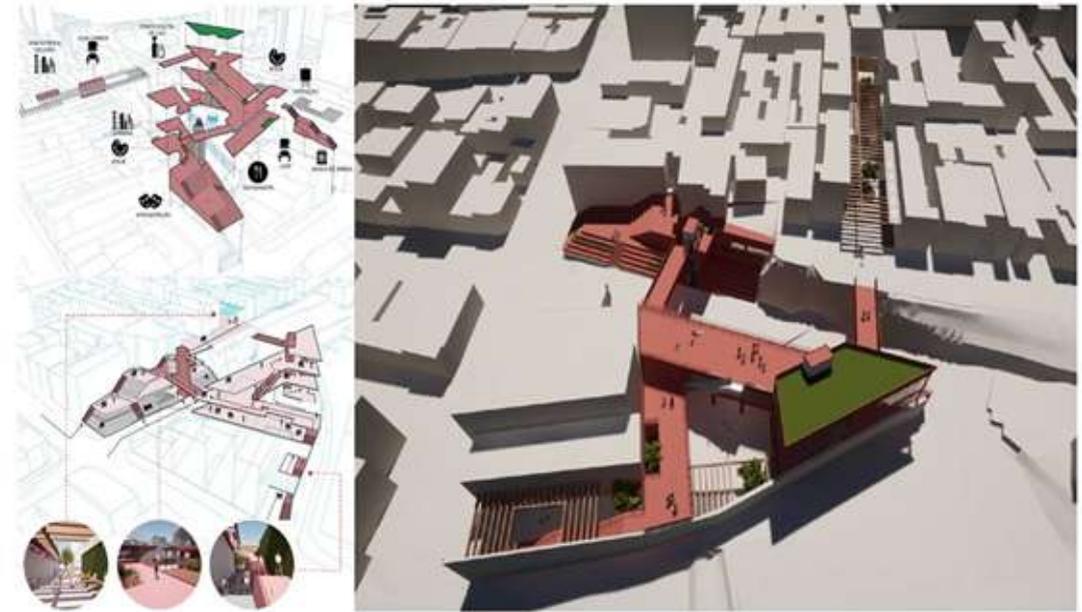


Figura 02: Trabalho desenvolvido por Juliana Nonno, Tathyanna Mori e Victor Moretti.

propositivas desenvolvidas pel()s alun()s. 3. Metodologia como Ação de Construção

Três fundamentos orientadores, como pressupostos da metodologia, são empregados:

1. A relação direta e articulação de parceria academia-comunidade via movimentos sociais (foram elencados três assuntos de interesse: luta por moradia, coletivos artístico-culturais e organizações que lutam por uma outra estruturação do trabalho). Com isso, abre-se a possibilidade de pensar a Universidade como polo produtor de conhecimento que se abre para novos saberes – populares e eruditos – participativos de outros agentes, no entendimento da não dicotomia entre práxis e teoria, em direção a relações de solidariedade, justiça social e compromisso cívico;
2. O entendimento de que a investigação, a partir do contato e construção direta com os sujeitos atuantes na área, faz parte da proposição prática de projeto, uma vez que eles levantam hipóteses de investigação e, portanto, de atuação;

3. O compromisso de retorno efetivo à comunidade, a partir da construção da pergunta: o que os nossos campos de conhecimento, por meio do balizamento do debate social, do entendimento da Arquitetura e Urbanismo como ferramentas de discussão, produção e atuação dos cidadãos na busca pela cidadania de todos, traz de conhecimento para o outro?

O Ateliê de Projeto é dado em dois dias (segundas e quartas) com cinco aulas cada dia, totalizando dez aulas por semana. Às segundas, temos uma aula de Infraestrutura Urbana, um módulo de Integração e três aulas de orientação ao Projeto a ser proposto; às quartas, temos uma aula de Teoria da Arquitetura, o módulo de Integração e novamente três de orientação ao Projeto.

As aulas de Infraestrutura Urbana são pautadas em conteúdos expositivos e discussão acerca dos sistemas urbanos (abastecimento de água, drenagem, esgotos sanitários, transporte público e mobilidade ativa, resíduos sólidos, redes de energia, rede de espaços públicos) como parte intrínseca do entendimento da desigualdade socioespacial e seu consequente desenho de paisagem que constituem as cidades brasileiras. Os temas das aulas são: 1. São Paulo: a infraestrutura como elemento sistêmico determinante da urbanização e a matriz fluvial; 2. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a infraestrutura: os desafios de formuladores de políticas. Exemplos para o Abastecimento de Água em São Paulo; 3. Melhoria das Condições Ambientais e da Qualidade de Vida nas Cidades: Sistemas de Drenagem Urbana. Programa Córrego Limpo, Novo Rio Pinheiros, Projeto Onda Limpa e outros; 4. Sistemas de Esgotos Sanitários; 5. Inovações nos sistemas ambientais urbanos: infraestruturas verdes e azuis; soluções baseadas na natureza; 6. Sistemas de Resíduos Sólidos. Conceitos de Economia Circular; 7. Sistemas de Mobilidade Urbana.

Nos encontros de Teoria são promovidas discussões e análises de projetos de arquitetura à luz dos conceitos dos textos correlatos. As duplas são: 1. experiência projetual do grupo Fórum Mundaréu da Luz e Teatro Oficina (Lina Bo Bardi e Edson Elito) e conceitos de Hannah Arendt; 2. projetos do coletivo artístico PI, O Clube, Teatro do Incêndio e Francis Alys

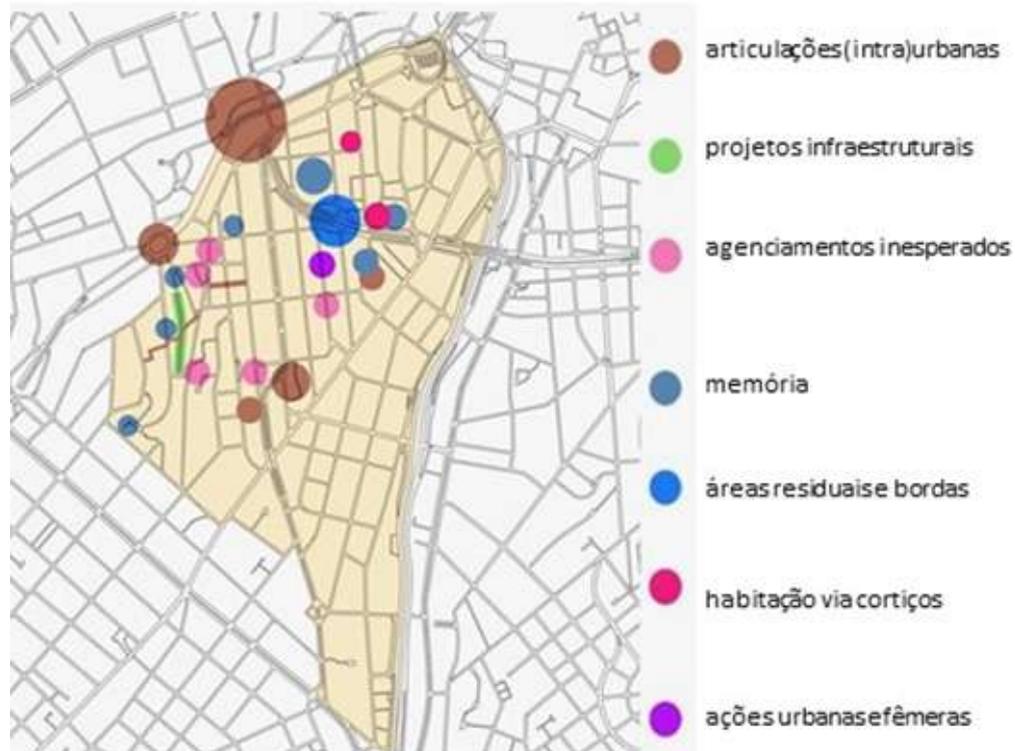
associados aos escritos de Rancière; 3. o trabalho de TFG Casas da Água de Thais Freitas, que reverberou em ações no território Vila Bela ZL-SP a partir de Wim Wenders; 4. projetos Academia Garrido (arq. Igor Guatelli) e Passarela Roterdã (ZUS) e conceitos de Igor Guatelli. É feito, também, correlação com os textos de Estúdio de Urbanismo, para que ()s alun() possam ter leituras e construção e bibliografia básica complementares e cruzadas entre os componentes.

Os encontros de Projeto são formados por 1 professor() orientador() para cada 15 alun()s, que têm como o horizonte a produção de leituras do lugar, conceituações, intenções propositivas e seu desenvolvimento espacial e técnico. Cada docente subdivide ()s alun()s em três grupos (com cinco alunos cada) para a produção de projetos de desenho urbano para, na sequência, desenvolverem, em duplas ou trios, projetos de arquitetura amparados pelas matrizes urbanas propostas por eles coletivamente. Ao longo do semestre são promovidas discussões coletivas com orientações de duplas ou trios de professores para os trabalhos.

São propostas três entregas ao longo do semestre (duas entregas intermediárias e uma final) para apresentações e discussões coletivas. As avaliações consideram a clareza e pertinência na interpretação dos conceitos sugeridos pelo Ateliê de Projeto somados aos conceitos e critérios adotados pela equipe em sua intervenção projetual/propositiva para a relação área-temática, além da capacidade de confronto investigativo das situações reais x desejadas na escala da cidade, do desenho urbano e da arquitetura urbana. Cria-se, ao final, um escopo de possibilidades que são apresentados e disponibilizados para os agentes envolvidos na atividade.

No primeiro semestres de 2021, os trabalhos tangenciaram os seguintes temas recorrentes: articulações (intra)urbanas – em ações de desconfinamento e capilarização e criação de novos caminhos incorporam pontos estruturantes do próprio território –, projetos infraestruturais – no afloramento de córregos –, agenciamentos programáticos inesperados – em perfurações e empenas como novas oportunidades urbanas e criação de fluxos urbanos –, memória – na ideia de ruínas que

se recompõe, áreas residuais e bordas – na apropriação de baixos de viadutos e espaços não reconhecidos como potentes, habitação via cortiços e ações urbanas efêmeras – na criação de peças móveis para usos múltiplos, territorializados segundo figura 3.



4. Outros caminhos de uma experiência didática

Ao longo dos últimos anos, foi eleita aproximação às áreas de projeto por agentes que estão presentes na construção de experiências públicas e democráticas no território, com atuação específica no recorte definido para o exercício, como instrumento primeiro e norteador da metodologia de pensar e repensar a ideia de projeto e sua construção de conhecimento.

A maneira como têm sido feitas as aproximações aos territórios urbanos e às possíveis questões a serem enfrentadas pelos grupos de trabalho de estudantes é construída estimulando-

os a perceber, destacar e refletir acerca de aspectos desses territórios que não estão necessariamente processados e devidamente mapeados. As práticas de interface com os agentes que atuam na área de projeto são feitas de maneira a reconhecer a realidade urbana vivida, onde os sujeitos se apresentam como “narradores de si mesmos”, tendo o território como referência simbólica e, tal reconhecimento significa incorporar as experiências reais do território na aposta por reinseri-las nos debates dos processos espaciais, temporais e de construção das visões de mundo.

A partir destes agentes, algumas questões podem ser levantadas como estruturadoras de uma hipótese (ou de hipóteses) de construção de uma resposta (ou de respostas), que por meio de sua produção discursiva, pode fornecer matéria para, se não dar conta de tais questionamentos, construir tantos outros.

A primeira está na formulação de bases de esperança, como uma aposta na construção da paisagem da vida da produção social, atrelada diretamente ao fazer coletivo, explorando as possibilidades de diálogo em ato, como se dissesse que falar ou ouvir só tem sentido quando este processo é impulsionado para que todos falem e todos ouçam. Tal método projetual revela, não somente as novas forças produtivas sociais, mas o organiza, regido por movimentações de experimentações coletivas, não apenas como uma renovação da produção, mas também na produção, pelos modos inovadores de imaginá-los e estudá-los. Isto nos leva a um segundo momento: a formulação de uma reterritorialização da práxis política (NEGRI; GATTARI, 2017), não como um retorno a universalização, mas ao reconhecimento das condições dos corpos, quando atrelados às lutas comunitárias de liberdade, diálogo e desejos comuns, como instrumentos que fazem o território.

A existência desses agentes – e de suas atuações – pode colocar outras camadas de pensamento à prática do fazer propositivo como possível ferramenta de reversão de desigualdades historicamente constituídas na busca por garantia de direitos, como acesso, possibilidade de reflexão e pensamento crítico a partir da conscientização coletiva e como ampliação das possibilidades de pensar e construir elementos comuns de

cidade, sociedade e vida coletiva, através da valoração de minorias de direito e de reconhecimento. Reconhecer esses coletivos, grupos e/ou movimentos organizados, significa incorporar as experiências reais do território, com sua potência e força.

Como primeira atividade da Oficina Coletiva, os trabalhos são instigados a tensionar intenções propositivas para, a partir delas, desenvolver espacialidades confluentes às atuações de resistência que acontecem cotidianamente no território. Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, tantos outros agentes de vida do território vão surgindo, criando novas articulações de luta em uma espécie de agenda comum, tendo o projeto como possível instrumento diálogo para o alargamento de pautas e debates que possam virar possíveis instrumentos de atuação política dos coletivos. Ao final do semestre, foi marcado retorno dos embates, discussões e proposições aos agentes em forma de apresentação virtual e entrega de material gráfico com um compilados dos trabalhos realizados.

Passos que nunca acabam

Método e construção empírica: exercita-se o experimento de metodologia onde coabitam e se realizam teoria e lutas cotidianas. Nossas proposições e pensamentos dialogam com a ideia de realidade concreta e com a noção de pertencimento de mundo. Temos, portanto, o lugar de pensar no futuro do futuro. A Universidade se apresenta como ferramenta, não só de formação e reflexão, mas como instrumento que busca contribuir com o debate crítico e a formulação de pensamentos políticos-projetuais, numa criação de ode ao pensamento que se comunique com a ação efetiva através da criação de elementos concretos, para discutir o direito ao espaço habitado, capaz de transformar a cidade em espaço de experiência a ser vivida.

Como designo, pensar e repensar a noção de projeto como eixo condutor da Arquitetura e do Urbanismo, vai ao encontro da criação de uma mudança de imaginário ao alcance de

um devir, com potência e proposição necessárias para que a própria lógica de futuro ajude a pensar a ideia do que é a nossa prática cotidiana. Discutir sobre o sentido da Arquitetura e do Urbanismo por meio do fazer projetual é uma possibilidade para nos posicionarmos a partir da construção da pergunta, já colocada anteriormente e aqui retomada: o que os nossos campos de conhecimento, por meio do balizamento do debate social, do entendimento da Arquitetura e do Urbanismo como ferramentas de discussão, produção e atuação dos cidadãos na busca pela cidadania, traz de conhecimento para o outro?

Enxergando a ação projetual como instrumento de necessário comprometimento para a formulação de uma possível ideia de paisagem para a vida, que busca reflexão crítica e propositiva sobre a complexidade do(s) território(s) urbanos, por meio de fundamentação de questões percebidas empiricamente e amparadas teoricamente, projeta-se a possibilidade de experimentar metodologia por meio de entrelaçamento com as lutas cotidianas. Aposta-se, neste sentido, a partir da ideia do espaço como esfera de possibilidade da existência da multiplicidade (MASSEY, 2008), ainda que por meio de experiências pontuais e, por consequência, de exceção, em alternativas propositivas como ferramenta, aberta e em processo, e como inclusão da transformação em ato – entendidas como mudança de atitude que visam a provocação de desvios para outras possibilidades sociais, por meio de dispositivos ou artefatos sociotécnicos –, que desencadeie a articulação política de reinvenção de futuro, na construção de um devir como forma de subjetivação política.

Nossa procura, nessa experiência de ensino e aprendizagem entre outras importantes demandas, é a de buscar, criticamente, possibilidades ao projeto frente às novas tarefas de forma outra, utilizando a condição urbana e social encontrada como matrizes de pensamento e proposição. Por aqui caminhamos na tentativa de construir outros debates que coloquem em pauta o projeto necessário, pela invenção criativa, generosa e acolhedora de novos territórios e afetuosos desejos e pela potência e clara intencionalidade de ação emancipatória que ele pode e deve ter.

Referências

ARENDR, Hannah. **Ação e a busca da felicidade. Ensaios Contemporâneos**. Vol. 3. São Paulo: Bazar do Tempo, 2018.

CAU/BR. **Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil**. 2019a. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em: 23 junho 2021.

CAU/BR. **Pesquisa CAU/BR revela perfil profissional dos arquitetos e urbanistas brasileiros**. 2019b. Disponível em: <https://caubr.gov.br/pesquisa-cau-br-revela-perfil-profissional-dos-arquitetos-e-urbanistas-brasileiros/>. Acesso em: 10 junho 2021.

CAU/BR-Datafolha. **Como o brasileiro constrói**. 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/como-o-brasileiro-constroio/>. Acesso: 20 abril 2021.

CHAUI, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Confea/CREA;CAU. **Brasil tem 369 mil engenheiros civis e 202 mil arquitetos**. 2020. Disponível em: <https://www.cimentoitambe.com.br/massa-cinzenta/brasil-tem-369-mil-engenheiros-civis-e-202-mil-arquitetos/>. Acesso em: 15 junho 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUATELLI, Igor. **Contaminações construtivas do espaço urbano: cultura urbana por intermédio da intertextualidade e do entre**. São Paulo: Revista da Pós FAUUSP, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1981.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N1 edições. 2018.

MEC. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso: 25 abril 2021.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. **O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2007.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Felix. **As verdades nômade: por novos espaços de liberdade**. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Política, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: ed.34, 2005.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ROY, Ananya. **Poverty Capital: Microfinance and the Making and the Making of Development**. Nova Iorque: Routledge, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WENDERS, Wim. **Como as fronteiras lhe constroem** in MACHADO, Cassiano Elek (org). **Pensar a cultura**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial. Série Fronteiras do Pensamento, 2013.

***Antonio Aparecido Fabiano Junior** é professor Universidade Presbiteriana Mackenzie. Formado pela PUC-Campinas (2001), mestre pela FAUUSP (2010) e doutorando pela mesma Universidade. Atualmente é professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie onde atua no NDE (Núcleo Docente Estruturante), EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo) Mosaico e em atividades e projetos extensionistas. Premiado nacional e internacional com projetos de arquitetura e orientação de trabalhos acadêmicos. E-mail: antoniofabianojr@gmail.com